



---

## RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

---

Autos nº 0001199-04.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição geral ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da 2ª Vara da comarca de Orleans

### ATIVIDADE CORREICIONAL

### INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 35/2016-CGJ

Período da correição: 3-10-2016 a 5-12-2016

### EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Assessora Correicional: Irys Cristiannye Bittencourt Bagio



## INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189-2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



## DADOS DA UNIDADE

Comarca: Orleans

Unidade: 2ª Vara

Municípios integrantes: Orleans

Juiz titular: Fabiane Alice Muller Heinzen Gerent - Consulta realizada em 9-2-2017

Chefe de cartório: Gabriela Willemann

Última correição por equipe da CGJ/SC: 0012043-81.2014.8.24.0600, 6- a 9-12-2014

Competência: Resolução n. 42/2011-TJ: "(...) Art. 3º Compete ao Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Orleans: I - processar e julgar: a) os feitos criminais e as execuções penais (art. 93 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); b) os feitos relativos à Fazenda Pública (art. 99 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); c) os feitos relativos aos registros públicos (art. 95 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); d) as ações constitucionais (mandado de segurança, ação civil pública, ação popular e habeas data); e) as ações acidentárias (art. 109, I, da Constituição da República Federativa do Brasil) e as previdenciárias (art. 129, II, da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991); f) as infrações penais de menor potencial ofensivo (arts. 60 e 61 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995); g) as causas do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006). II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência. III - exercer as funções concernentes à corregedoria dos presídios (art. 93, § 1º, da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979). Parágrafo único. Os processos referidos nos incisos I e II deste artigo, atualmente em tramitação na 1ª Vara da comarca de Orleans, serão redistribuídos ao Juiz de Direito da 2ª Vara.

Entrância: final



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos físicos+eletrônicos

Indicador	Total
1.1.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	3.748
1.1.2 Processos em andamento	2.976
1.1.3 Procedimentos em andamento	772

#### Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência Dezembro de 2016 (fl. 63).

b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 917 referem-se a processos de Execução Fiscal.

c) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 190 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.

### 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos eletrônicos

Indicador	Total
1.2.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.408
1.2.2 Processos em andamento	1.750
1.2.3 Procedimentos em andamento	658

#### Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência Dezembro de 2016.

### 1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos conclusos

Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1 Quantidade total de processos com o juiz	115	43	158

#### Observações

a) Informações obtidas em 24/01/2017.

### 1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos distribuídos

Indicador	Total	Média
1.4.1 Janeiro a dezembro de 2014	1.389	115,75
1.4.2 Janeiro a dezembro de 2015	1.739	144,92
1.4.3 Janeiro a novembro de 2016	1.295	117,73

#### Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.

### 1.5 FILAS DE TRABALHO-Processos eletrônicos

Indicador	Valor
1.5.1 Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias Cível - Genérico - Processo	868
1.5.1.1 Ag. Análise do Cartório	70
1.5.1.2 Ag. Audiência	1
1.5.1.3 Ag. Digitalização	1



1.5.1.4	Ag. Encerramento do Ato	34
1.5.1.5	Ag. Prazo	17
1.5.1.6	BacenJud - Transferência de Valores/Desbloqueio	1
1.5.1.7	Concluso para Decisão Interlocutória	1
1.5.1.8	Cumprir - Urgente	1
1.5.1.9	Escrivão Criminal - Genérico - Processo	84
1.5.1.10	Ag. Análise do Cartório	133
1.5.1.11	Ag. Antecedentes e Histórico	2
1.5.1.12	Ag. Audiência	1
1.5.1.13	Ag. Digitalização	3
1.5.1.14	Ag. Encerramento do Ato	35
1.5.1.15	Ag. Prazo	5
1.5.1.16	Com Classe Alterada	2
1.5.1.17	Concluso para Sentença	3
1.5.1.18	Cumprir - Urgente	1
1.5.1.19	Escrivão	2
1.5.1.20	Remetidos à Delegacia de Polícia DTR - Fiscal - Seção I - Processo	33
1.5.1.21	Ag. Análise Cartório - Citação	1
1.5.1.22	BacenJud - Elaborar Minuta e Protocolizar Execução Fiscal - Processos	1
1.5.1.23	Ag. Análise Cartório - Citação	3
1.5.1.24	Ag. Análise do Cartório	78
1.5.1.25	Ag. Encerramento do Ato	217
1.5.1.26	Ag. Impressão - Vara	1
1.5.1.27	Ag. Prazo	37
1.5.1.28	BacenJud - Elaborar Minuta e Protocolizar	6
1.5.1.29	Com Classe Alterada	1
1.5.1.30	Concluso para Decisão Interlocutória	2
1.5.1.31	Concluso para Despacho	2
1.5.1.32	Escrivão	12
1.5.1.33	1ª Hasta Pública Execução Penal - Processo	1
1.5.1.34	Ag. Análise do Cartório	9
1.5.1.35	Ag. Encerramento do Ato	4
1.5.1.36	Ag. Prisão	1
1.5.1.37	Apresentação em juízo	2
1.5.1.38	Com Classe Alterada	1
1.5.1.39	Cumprir - Urgente	1
1.5.1.40	Escrivão Juizado Especial Criminal - Processo	2
1.5.1.41	Ag. Análise do Cartório	23
1.5.1.42	Ag. Antecedentes e Histórico	1
1.5.1.43	Ag. Encerramento do Ato	5
1.5.1.44	Ag. Prazo	3
1.5.1.45	Com Classe Alterada	1
1.5.1.46	Remetidos à Delegacia de Polícia	3



Juizado Especial Fazendário - Processo

1.5.1.47	Ag. Análise do Cartório	15
1.5.1.48	Ag. Encerramento do Ato	3
1.5.1.49	Ag. Prazo	1
1.5.1.50	Com Classe Alterada	1

Observações

a) Informações obtidas em 24/01/2017 (fls. 64-66).

b) Na data de 24-01-2017 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:

b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 695 processos na fila. O mais antigo data de 16-6-2015.

b.2) Ag. Análise - Recursos: não existem processos na fila.

b.3) Cumprir urgente: existem 48 processos na fila. O mais antigo data de 10-12-2015.

b.4) Recebido do Juiz.

Recebido do Juiz - Despacho: não existem processos na fila.

Recebido do Juiz - Decisão: não existem processos na fila.

Recebido do Juiz - Sentença: não existem processos na fila.

b.5) Escrivão: existem 158 processos na fila. O mais antigo data de 18-2-2016.

b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 3 processos com audiências já realizadas ou que não há audiências designadas.

b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n. [REDACTED], [REDACTED], 0001542-53.215.8.24.0044, [REDACTED], [REDACTED] 0300223-74.2015.8.24.0044 e 0000179-31.2015.8.24.0044), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento e certidão do art. 327 CNGCJ (Provimento n. 1/2016 - CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).

b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (n. 0002917-60.2013.8.24.0044, 000127433.2014.8.24.0044, 0900003-61.2014.8.24.0044, 0900008-15.2016.8.24.0044 e 0300568-74.2014.8.24.0044), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.

Fila Petição intermediária

b.9) Ag. Análise - Juntada Automática: não existem petições pendentes de análise e andamento.

b.10) Ag. Análise - Petições Diversas: existem 23 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 16-12-2016.

## 1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

### MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

Indicador	Primeira verificação		Segunda verificação								
	V1	V2	V1	V2							
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias		534	642							
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade		14,20%	17,13%							
1.6.2	Processos sem movimento há mais de 365 dias por ano da última movimentação ( Data da movimentação mais antiga: 18/03/2011 )										
1.6.2.1	Ano da última movimentação	Processos físicos em gabinete		Processos eletrônicos em gabinete		Processos físicos em cartório		Processos eletrônicos em cartório		Total	
		V1	V2	V1	V2	V1	V2	V1	V2	V1	V2



1.6.2.2	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	( 5 )	( 0 )
1.6.2.3	2012	0	0	0	0	0	2	0	0	( 17 )	2
1.6.2.4	2013	0	0	0	0	0	1	0	0	( 10 )	1
1.6.2.5	2014	0	0	0	0	0	1	0	0	( 14 )	1
1.6.2.6	2015	0	0	0	0	0	43	0	37	( 153 )	80
1.6.2.7	2016	0	0	0	0	0	0	0	1	( 0 )	1
1.6.2.8	Total	0	0	0	0	0	47	0	38	199	85

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
- Primeira verificação: mês de referência agosto de 2016 (fls. 11-17).
- Segunda verificação: mês de referência Dezembro de 2016 (fls. 67-74).

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.3	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	0	0
1.6.4	Processos com a classe 'Habilitação para adoção' em andamento e distribuídos há mais de 365 dias	0	0
1.6.5	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas)	120	69
1.6.6	Audiências com situação 'pendente' há mais de 30 dias	141	47
1.6.7	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais	133	101
1.6.8	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013	7	5
1.6.9	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013	1	0

Observações

- Padrão de conformidade (itens 1.6.3, 1.6.4, 1.6.5 e 1.6.6): o relatório não deve trazer registro.
- Primeira verificação em 26-9-2016 (fls.18-25).
  - Itens 1.6.7 a 1.6.9: dados do mês de abril de 2016, extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.
- Segunda verificação em 24/01/2017 (fls. 75-80).
  - Itens 1.6.7 a 1.6.9: dados do mês de dezembro de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.

## PENDÊNCIAS



1.6.10	Pendências em aberto ( período : 01/01/1900 a 31/08/2016 )	Primeira verificação	Segunda verificação
	Peticionamento eletrônico	44	15
	Petição Intermediária	122	84
	Mandados	9	9
	AR	13	11

#### Observações

- Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.
- Primeira verificação em 26-9-2016. (fl. 26)
- Segunda verificação em 24/01/2017. (fl. 81)

## AJUSTE DE MOVIMENTAÇÃO

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.11	Processos ativos com localização física 'arquivo administrativo', 'arquivo central' ou 'sala de arquivo'	0	4
1.6.12	Processos ativos com localização física 'Superior Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça - Cerc', 'Tribunal Regional Federal' ou 'Turma de	0	0
1.6.13	Processos ativos com localização física 'cartório - processo suspenso', 'cartório - suspenso (art. 366 CPP)' ou 'cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)'	0	2
1.6.14	Processos ativos com localização física 'devolvido à origem', 'entregue à parte' ou 'remetido'	0	0
1.6.15	Processos principais ativos com execução de sentença iniciada	0	4

#### Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- Primeira verificação em 26/09/2016. Os dados não eram extraídos quando da primeira verificação.
- Segunda verificação em 24/01/2017 (fls. 82-84).

## MANDADOS

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.16	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	25	37

#### Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- Primeira verificação em 26-9-2016 (fls. 27-28).
- Segunda verificação em 24/01/2017 (fls. 85-86).

## PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES



Indicador	Valor				
	Primeira verificação		Segunda verificação		
	Total	+100d	Total	+100d	
1.6.17	Outros setores				
1.6.17.1	A ser Recebido de Outro Foro	0	0	1	0
1.6.17.2	Contadoria	2	0	0	0
1.6.17.3	Contadoria - Custas Finais	1	0	0	0
1.6.17.4	Distribuição	1	1	3	1
1.6.17.5	Ministério Público	399	183	231	125
1.6.17.6	Petição Inicial - Ag. Digitalização	13	11	10	5
1.6.17.7	Serviço Social	1	0	1	0

Observações

- a) Primeira verificação em 26-9-2016 (fl. 29).
- b) Segunda verificação em Dezembro de 2016 (fl. 87).

## PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

Indicador	Valor				
	Primeira verificação		Segunda verificação		
	Total	+100d	Total	+100d	
1.6.18	Quantidade total de processos em carga				
		532		248	
	Local				
		Total	Total	+100d	
	Cargas internas				
1.6.18.1	Cartório da Distribuição	1	0	1	1
1.6.18.2	Contadoria	3	2	2	0
1.6.18.3	Juiz Fabiane Alice Müller Heinzen Gerent	56	0	42	0
1.6.18.4	Juiz Lírio Hoffmann Júnior	1	0	1	1
1.6.18.5	Juiz Valter Domingos de Andrade Júnior	40	0	0	0
1.6.18.6	Ministério Público	120	71	68	35
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.18.7	Advogado	47	4	31	9
1.6.18.8	Distrito Policial	18	16	7	3
1.6.18.9	Procuradoria	246	133	96	74

Observações

- a) Primeira verificação: mês de referência 26-9-2016 (fl. 30).
- b) Segunda verificação: mês de referência Dezembro de 2016 (fl. 88).
- c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).

1.6.19	Processos com mesmo local físico há mais de 30 dias				
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+30d	Total	+30d
	Atendimento				
1.6.19.1	Cartório - Recebido do Advogado	4	0	13	13
1.6.19.2	Cartório - Recebido do Contador	1	0	0	0
1.6.19.3	Cartório - Recebido do Juiz	16	1	127	127



1.6.19.4	Cartório - Recebido do Promotor	12	0	1	0
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.19.5	Cartório - Ag. confecção de relação	11	0	4	0
1.6.19.6	Cartório - Aguardando	33	25	34	34
1.6.19.7	Cartório - Aguardando AR	5	5	3	3
1.6.19.8	Cartório - Aguardando carta precatória	40	37	28	28
1.6.19.9	Cartório - Aguardando mandado	67	58	55	48
1.6.19.10	Cartório - Aguardando publicação relação	3	1	12	1
1.6.19.11	Cartório - Arquivar	28	13	65	65
1.6.19.12	Cartório - Escaninho Delegacia	4	2	0	0
1.6.19.13	Cartório - Escaninho do Advogado	0	0	0	0
1.6.19.14	Cartório - Escaninho do Juiz	61	4	82	62
1.6.19.15	Cartório - Escaninho do Promotor	8	7	11	7
1.6.19.16	Cartório - Escaninho Juiz (assinaturas)	2	2	7	2
1.6.19.17	Cartório - Mesa do Escrivão	15	14	17	12
1.6.19.18	Cartório - Mesa do Escrivão(assinaturas)	7	3	0	0
1.6.19.19	Cartório - Mesa 01 a 10	27	7	17	17
1.6.19.20	Cartório - Prazo 1 a 31 Expedição/cumprimento	100	58	69	62
1.6.19.21	Cartório - Cumprir despacho	217	146	259	257
1.6.19.22	Cartório - Cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.19.23	Cartório - Expedir alvará	34	27	24	11
1.6.19.24	Cartório - Expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.19.25	Cartório - Expedir edital	0	0	0	0
1.6.19.26	Cartório - Expedir formal	0	0	0	0
1.6.19.27	Cartório - Expedir mandado	0	0	0	0
1.6.19.28	Cartório - Expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.19.29	Cartório - Aguardando Juntada	3	2	71	20
1.6.19.30	Cartório - Aguardando petição	6	0	22	16
1.6.19.31	Cartório - Aguardando resposta de ofício	18	15	16	16

#### Observações

- Primeira verificação em 26-9-2016 (fls. 31-33).
- Segunda verificação em 24/01/2017 (fls. 89-91).
- Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".

## 1.7 REGISTROS CRIMINAIS



Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1 Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	1.050	940
1.7.2 Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	216	186
1.7.3 Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	298	283
1.7.4 Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	8	12
1.7.5 Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.6 Mandados de prisão em aberto com erros	1	0
1.7.7 Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	131	94

#### Observações

a) Padrão de conformidade:

a.1) Itens 1.7.1 a 1.7.6: o relatório não deve trazer registro.

a.2) Item 1.7.7: O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC.

b) Primeira verificação em 26-9-2016 (fls. 34-41).

c) Segunda verificação em 24/01/2017 (fls. 92-98).

1.7.8 Réu Preso Provisório	19	29
Réu Preso Definitivo	41	56
Total	60	85

#### Observações

a) Padrão de conformidade: O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.

b) Primeira verificação em 26-9-2016 (fls. 42-44).

c) Segunda verificação em 24/01/2017 (fls. 99-101).

[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]

#### Observações

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]



## 1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	Alimentado	Alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	Alimentado	Alimentado

### Observações

a) Primeira verificação em 26-9-2016 (fls. 48-50).

b) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos):

b.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.

Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.

b.2) Verificou-se que há 548 bens cadastrados no SAJ, com a situação "apreendido/sob custódia". Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 77 estão com a situação "a definir". Dessa forma há indicativo de que os bens não estão sendo cadastrados no SNBA.

c) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações):

c.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

d) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais):

d.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

d.2) Não há estabelecimentos penais registrados.

e) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade):

e.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

e.2) A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 26-8-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.

Dentre as ações processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ não apontou processo passível de registro no CNCIAI do CNJ.

f) Segunda verificação em 24/01/2017 (fls. 124-126).

g) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos):

g.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.

Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas



nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.

g.2) Verificou-se que há 455 bens cadastrados no SAJ, com a situação "apreendido/sob custódia". Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 83 estão com a situação "a definir". Dessa forma há indicativo de que os bens não estão sendo cadastrados no SNBA.

h) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações):

h.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

h.2)

i) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais):

i.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

i.2) Não há estabelecimentos penais registrados.

j) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade):

j.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

j.2) A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 24-1-2017) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAL do CNJ.

Dentre as ações processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ não apontou processo passível de registro no CNCIAL do CNJ.

## 1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1 Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos ( relatório de visita às entidades de acolhimento )	Não aplica	Não se aplica

Observações

Não se aplica em face da competência da unidade.



## CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 26 de Setembro de 2016.

Catia Lucila Ricordi Crestani  
Assessora Técnica Correicional - Mat. 6.508

Irys Cristiannye Bittencourt Bagio  
Assessora Correicional - Mat. 35.153